



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 08.340/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão de Barra de Santa Rosa, **Sr. Joselito Silva Porto**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao **Sr. José Cícero Dantas**, matrícula nº 2002143, Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, que contava, à época, com 22 anos, 11 meses e 13 dias de tempo de contribuição e idade de 66 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 03/2016] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 08.340/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *José Cícero Dantas*

Órgão: **Fundo de Aposentadoria e Pensão de Barra de Santa Rosa**

Gestor Responsável: *Joselito Silva Porto*

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0967/2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 08.340/19**, referente aposentadoria voluntária com proventos proporcionais do *Sr. José Cícero Dantas*, matrícula nº 2002143, Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 03/2016], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 09 de julho de 2020.

Assinado 9 de Julho de 2020 às 12:43



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 10 de Julho de 2020 às 10:39



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO